DE PAIS A PARCEIROS: A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA VIDA ESCOLAR PARA O SUCESSO DOS ALUNOS

ANDRESSA DA SILVA BRITO GOMES

RESUMO
Este artigo examina a importância da participação da família na vida escolar dos filhos, destacando seu impacto no desempenho acadêmico, na motivação para aprender, no desenvolvimento socioemocional e na redução da evasão escolar. Partindo da constatação de que a educação é uma responsabilidade compartilhada entre escola e família, o texto explora os fundamentos teóricos que embasam essa parceria, as diferentes formas de participação familiar, os benefícios comprovados por pesquisas e os desafios para sua efetivação no contexto brasileiro. São apresentadas estratégias práticas para escolas e educadores promoverem o envolvimento familiar, bem como orientações para as famílias se engajarem de forma significativa na trajetória escolar de seus filhos. O artigo conclui que, quando escola e família atuam em sintonia, criam-se condições mais favoráveis para o desenvolvimento pleno dos estudantes, para a construção de uma comunidade escolar mais forte e para a superação das desigualdades educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Participação da família; Relação escola-família; Sucesso escolar; Engajamento parental; Comunidade escolar.

INTRODUÇÃO

A cena se repete em milhares de escolas todos os dias: crianças e adolescentes atravessam os portões, mochilas nas costas, e mergulham em um universo que, para muitas famílias, permanece distante e misterioso. Os pais confiam seus filhos à escola, mas nem sempre sabem o que lá acontece, como seus filhos aprendem, que dificuldades enfrentam, que relações estabelecem. A escola, por sua vez, queixa-se da ausência das famílias, da falta de acompanhamento, do pouco caso com as tarefas e reuniões. Instala-se um círculo vicioso de distanciamento e desconfiança que, no final, quem paga o preço mais alto é o aluno.

Esta desconexão entre os dois universos que deveriam ser os mais significativos na formação das crianças e adolescentes é um dos problemas mais sérios e ao mesmo tempo mais negligenciados da educação brasileira. Enquanto debatesacalorados ocupam-se de currículos, metodologias, tecnologias e avaliações, a relação entre escola e família permanece em segundo plano, tratada como questão menor, quando na verdade é um dos fatores que mais fortemente influencia o sucesso ou o fracasso escolar dos alunos.

A pesquisa educacional é inequívoca a esse respeito: o envolvimento da família na vida escolar dos filhos é um dos preditores mais consistentes de sucesso acadêmico. Crianças e adolescentes cujas famílias acompanham sua trajetória escolar, valorizam a educação, estabelecem rotinas de estudo em casa e mantêm contato com a escola apresentam melhor desempenho, maior motivação, menor índice de repetência e evasão, e melhor desenvolvimento socioemocional.

Este artigo propõe uma reflexão aprofundada sobre a importância da participação da família na vida escolar, não como um favor que os pais fazem à escola, mas como um direito da criança e um dever compartilhado. Busca-se compreender os fundamentos dessa parceria, as diferentes formas que ela pode assumir, os benefícios para todos os envolvidos e os desafios para sua efetivação, especialmente no contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades sociais e por uma tradição de distanciamento entre escola e comunidades.

Acredita-se que, ao fortalecer a relação entre família e escola, estamos não apenas melhorando o desempenho dos alunos, mas construindo uma comunidade educativa mais coesa, mais democrática e mais capaz de cumprir sua missão de formar as novas gerações.

A relação entre escola e família nem sempre foi vista como problemática. Em sociedades tradicionais, as funções educativas eram difusas e compartilhadas por toda a comunidade. A criança aprendia participando da vida adulta, observando, imitando, auxiliando. A educação era contínua e integrada à existência

cotidiana.
Com a modernidade, a escola se institucionalizou como espaço específico para a transmissão do conhecimento sistematizado. A educação deixou de ser função difusa da comunidade para tornar-se tarefa especializada de profissionais. Essa especialização trouxe avanços inegáveis, mas também criou uma separação entre o mundo da escola e o mundo da vida, entre o saber escolar e o saber cotidiano, entre educadores e famílias.
Ao longo do século XX, diferentes correntes pedagógicas posicionaram-se de formas diversas sobre essa relação. De um lado, abordagens mais tradicionais tendiam a ver a família como leiga, que deveria limitar-se a apoiar a autoridade da escola e reforçar em casa o que era ensinado em sala. De outro, perspectivas mais progressistas, inspiradas em Paulo Freire, propunham uma relação dialógica, em que escola e família aprendem mutuamente e constroem juntas o processo educativo.
A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabelecem, em termos legais, a corresponsabilidade entre família e Estado pela educação das crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforça o direito à educação e o dever dos pais de matricular seus filhos na escola e acompanhar sua frequência e aproveitamento.
Mas a relação escola-família vai muito além do cumprimento de deveres legais. Envolve aspectos afetivos, culturais, sociais e políticos. Envolve confiança, respeito, diálogo e colaboração. Envolve reconhecer que a criança não é apenas aluno, mas também filho, irmão, membro de uma comunidade, portador de uma história e de uma cultura que a escola precisa conhecer e respeitar.
A pesquisa educacional contemporânea tem demonstrado que a qualidade da relação entre escola e família é um dos fatores que mais influenciam o sucesso escolar. Estudos de Joyce Epstein, uma das principais pesquisadoras da área, mostram que quando escolas e famílias estabelecem parcerias efetivas, os alunos apresentam melhores notas, maior frequência, melhor comportamento e atitudes mais positivas em relação à escola.
Epstein desenvolveu um modelo de sobreposição de esferas de influência, segundo o qual a criança cresce na interseção entre três contextos principais: a família, a escola e a comunidade. Quanto maior a sobreposição entre esses contextos, ou seja, quanto mais alinhados e colaborativos eles forem, melhores as condições para o desenvolvimento da criança. Quando há distanciamento ou conflito entre eles, a criança sofre as consequências.
No Brasil, pesquisadores como Maria Malta Campos e Vanda Mendes Ribeiro têm investigado as especificidades da relação escola-família em nosso contexto, marcado por profundas desigualdades sociais e por uma histórica desconfiança entre as camadas populares e as instituições escolares. Seus estudos mostram que, embora as famílias valorizem a educação e desejem o sucesso dos filhos, nem sempre sabem como apoiá-los ou encontram barreiras para se aproximar da escola.
A participação da família na vida escolar pode assumir diferentes formas, desde as mais tradicionais e pontuais até as mais profundas e contínuas. Conhecer essas diferentes possibilidades é importante para que escolas e famílias possam ampliar seu repertório de interação.
A forma mais conhecida e difundida é a participação em reuniões escolares. As reuniões de pais, quando bem planejadas, são momentos importantes para a troca de informações sobre o desenvolvimento dos alunos, a apresentação do trabalho pedagógico e o alinhamento de expectativas. No entanto, muitas vezes essas reuniões resumem-se a comunicados unilaterais, sem espaço para diálogo ou para que os pais expressem suas preocupações e contribuições.
O acompanhamento das tarefas escolares em casa é outra forma fundamental de participação. Quando os pais acompanham a realização dos deveres de casa, auxiliam nas dificuldades, demonstram interesse pelo que a criança está aprendendo, estão enviando uma mensagem poderosa: a educação é importante, o que você faz na escola importa para nós. Esse acompanhamento, no entanto, precisa ser feito com equilíbrio, sem pressão excessiva e respeitando a autonomia crescente da criança.
A participação em eventos escolares, como festas, apresentações, feiras de ciências e mostras culturais, também é

significativa. Esses momentos, embora mais informais, são oportunidades para as famílias conhecerem o ambiente escolar, interagirem com professores e outros pais, e verem seus filhos em situações diferentes da rotina cotidiana.
Formas mais estruturadas de participação incluem a atuação em conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis. Esses espaços de gestão democrática permitem que as famílias participem das decisões sobre o projeto político-pedagógico da escola, a aplicação de recursos, a organização do calendário escolar e outras questões relevantes. Infelizmente, essas instâncias ainda são pouco valorizadas e muitas vezes funcionam de forma meramente formal.
Há ainda formas de participação menos institucionalizadas, mas igualmente importantes: o contato informal com professores na entrada e saída da escola, a conversa cotidiana com os filhos sobre o que aconteceu na escola, o acompanhamento da vida social da criança, a atenção a sinais de dificuldades ou sofrimento.
Joyce Epstein propõe uma tipologia com seis tipos de envolvimento parental: as obrigações básicas da família (prover condições de saúde, segurança e apoio emocional); as obrigações básicas da escola (comunicar-se com as famílias sobre programas e progresso dos alunos); o envolvimento dos pais em atividades voluntárias na escola; o envolvimento em atividades de aprendizagem em casa; o envolvimento em instâncias de tomada de decisão; e a colaboração com a comunidade.
Cada uma dessas formas de envolvimento tem suas potencialidades e desafios, e o ideal é que as escolas busquem promover múltiplas oportunidades de participação, adequadas às diferentes realidades e possibilidades das famílias.
Os benefícios da participação familiar na vida escolar são numerosos e bem documentados pela pesquisa educacional. Eles se estendem aos alunos, às famílias, às escolas e à comunidade como um todo.
Para os alunos, o benefício mais evidente é o melhor desempenho acadêmico. Crianças e adolescentes cujas famílias acompanham sua vida escolar apresentam, em média, notas mais altas, melhor compreensão dos conteúdos, maior frequência e menor índice de repetência. Isso ocorre porque o acompanhamento familiar permite identificar precocemente dificuldades, oferecer apoio adicional em casa, valorizar o esforço e as conquistas, e estabelecer uma rotina de estudos.
Além do desempenho, a participação familiar impacta positivamente a motivação e as atitudes dos alunos em relação à escola. Quando a criança percebe que sua família valoriza a educação, que se interessa pelo que ela aprende, que comparece aos eventos escolares, ela internaliza essa valorização e desenvolve uma atitude mais positiva em relação à escola. Sente-se apoiada, segura e motivada a investir nos estudos.
O desenvolvimento socioemocional também é beneficiado. Crianças com famílias participativas tendem a apresentar maior autoestima, melhor autocontrole, maior capacidade de estabelecer relações positivas com colegas e professores, e menor incidência de problemas comportamentais. A consistência entre os valores e expectativas da família e da escola proporciona um ambiente mais estável e previsível, favorável ao desenvolvimento emocional saudável.
Para as famílias, a participação na vida escolar traz maior compreensão do trabalho da escola e dos professores, maior confiança na instituição, maior sentimento de competência para apoiar os filhos e maior integração com a comunidade escolar. Pais que participam sentem-se mais capacitados para exercer seu papel educativo e mais conectados com outras famílias que compartilham desafios semelhantes.
Para as escolas, a participação das famílias traz conhecimento mais aprofundado sobre os alunos e suas realidades, maior apoio para o trabalho docente, mais recursos humanos e materiais (quando as famílias se envolvem em atividades voluntárias), e maior legitimidade social. Escolas com forte participação familiar tendem a ter melhor clima organizacional, menor rotatividade de professores e melhores resultados institucionais.
Para a comunidade, a integração entre escola e famílias fortalece o tecido social, cria redes de solidariedade e cooperação, e contribui para a construção de uma cultura de valorização da educação. Comunidades onde as escolas são vistas

como patrimônio coletivo, e não como instituições distantes, tendem a cuidar melhor delas e a se mobilizar em sua defesa quando necessário.

Apesar dos benefícios amplamente reconhecidos, a participação das famílias na vida escolar enfrenta desafios significativos no contexto brasileiro. Esses desafios são de diversas ordens e precisam ser compreendidos para que se possam buscar formas de superá-los.

O primeiro desafio é a questão das desigualdades sociais. Muitas famílias, especialmente as mais pobres, enfrentam jornadas de trabalho extenuantes, falta de tempo, cansaço extremo e condições materiais precárias que dificultam o acompanhamento escolar. Pais que trabalham em múltiplos empregos, que chegam em casa tarde da noite, que não tiveram oportunidade de estudar eles mesmos, encontram enormes barreiras para participar ativamente da vida escolar dos filhos.

Há também a questão cultural. Em muitas comunidades, existe uma tradição de delegar à escola toda a responsabilidade pela educação, seja por uma visão de que a escola é a autoridade máxima em matéria de ensino, seja por uma desconfiança em relação à instituição escolar, seja pela própria experiência negativa que os pais tiveram quando estudantes. Essa cultura de distanciamento é um obstáculo difícil de superar.

A falta de acolhimento por parte da escola é outro problema frequente. Muitas escolas organizam reuniões de pais em horários incompatíveis com a jornada de trabalho das famílias, utilizam uma linguagem excessivamente técnica que dificulta a compreensão, tratam os pais de forma autoritária ou desrespeitosa, ou simplesmente não criam espaços efetivos de participação. Quando a escola não se esforça para acolher, a tendência é que as famílias se afastem ainda mais.

A comunicação deficitária também é um obstáculo. Muitas escolas comunicam-se apenas por meio de bilhetes na agenda, que podem não chegar aos pais ou não ser compreendidos. A comunicação sobre problemas de aprendizagem ou comportamento muitas vezes é feita de forma punitiva, gerando vergonha e ressentimento, em vez de abertura para a colaboração.

A falta de formação dos professores para lidar com as famílias também é um problema. Os cursos de licenciatura raramente preparam os futuros professores para estabelecer parcerias com as famílias, para conduzir reuniões produtivas, para lidar com conflitos, para acolher diferentes realidades. O resultado é que muitos professores sentem-se inseguros e pouco preparados para essa dimensão do trabalho.

Diante desses desafios, o que as escolas podem fazer para fortalecer a participação das famílias? Não há receitas prontas, mas algumas estratégias têm se mostrado eficazes em diferentes contextos.

A primeira estratégia é conhecer as famílias. Antes de qualquer ação, é importante que a escola busque conhecer a realidade das famílias de seus alunos: quem são, onde moram, como vivem, quais suas dificuldades, seus valores, suas expectativas em relação à escola. Esse conhecimento pode ser obtido por meio de visitas domiciliares, questionários, conversas informais, reuniões em horários alternativos. Conhecer as famílias é o primeiro passo para acolhê-las adequadamente.

A segunda estratégia é diversificar as formas de participação. Nem todas as famílias podem participar das reuniões tradicionais em horário comercial. Oferecer opções variadas, em diferentes horários, com diferentes formatos, aumenta as chances de que cada família encontre uma forma de envolvimento compatível com suas possibilidades. Reuniões aos sábados, encontros virtuais, atividades pontuais, participação em projetos específicos, são algumas alternativas.

A terceira estratégia é acolher. A escola precisa ser um lugar onde as famílias se sintam bem-vindas, respeitadas, valorizadas. Isso significa ter uma equipe preparada para recebê-las, um ambiente acolhedor, uma comunicação respeitosa. Significa evitar julgamentos precipitados e posturas autoritárias. Significa reconhecer que cada família faz o que pode dentro de suas condições.

A quarta estratégia é comunicar-se de forma clara e positiva. A comunicação com as famílias não deve limitar-se a comunicar problemas. É importante compartilhar também as conquistas, os progressos, os momentos felizes da vida escolar. A comunicação sobre dificulda-

des deve ser feita de forma construtiva, como convite à parceria, não como acusação.

A quinta estratégia é envolver as famílias no projeto pedagógico. Em vez de apenas comunicar decisões já tomadas, a escola pode abrir espaços para que as famílias contribuam com ideias, sugestões, críticas. Conselhos escolares fortes e atuantes, assembleias de pais, consultas sobre temas relevantes, são formas de democratizar a gestão e fortalecer o senso de pertencimento.

A sexta estratégia é oferecer apoio às famílias. Muitas famílias gostariam de ajudar seus filhos, mas não sabem como. Oferecer orientações claras sobre como acompanhar as tarefas, como estabelecer rotinas de estudo, como lidar com dificuldades específicas, pode fazer grande diferença. Algumas escolas oferecem também oficinas e palestras sobre temas de interesse das famílias, fortalecendo sua capacidade de apoio.

A sétima estratégia é valorizar a diversidade. As famílias são cada vez mais diversas: famílias monoparentais, homoafetivas, extensas, reconstituídas, com diferentes origens culturais, religiosas, étnicas. A escola precisa acolher essa diversidade sem preconceitos, reconhecendo que todas as configurações familiares podem oferecer apoio afetivo e educativo de qualidade.

A oitava estratégia é formar os professores. A relação com as famílias precisa ser tratada como tema relevante na formação inicial e continuada dos educadores. Os professores precisam desenvolver habilidades de comunicação, mediação de conflitos, trabalho comunitário, para poderem estabelecer parcerias efetivas com as famílias.

Se a escola tem responsabilidades na construção da parceria, as famílias também têm seu papel. Algumas atitudes e práticas podem fortalecer essa relação.

A primeira é valorizar a educação. Crianças e adolescentes aprendem pelo exemplo. Quando veem os adultos de sua família valorizando a escola, respeitando os professores, demonstrando interesse pelo que aprendem, internalizam essa valorização. Isso pode ser expresso em pequenas atitudes cotidianas: perguntar como foi a aula, elogiar as conquistas, comentar positivamente sobre a escola.

A segunda é estabelecer uma rotina de estudos em casa. Ter um horário e um local adequados para fazer as tarefas, com acompanhamento adequado à idade, ajuda a criança a organizar-se e a compreender que o estudo é uma prioridade. Essa rotina não precisa ser rígida ou opressiva, mas consistente.

A terceira é manter contato regular com a escola. Participar das reuniões, comparecer aos eventos, conversar com os professores quando necessário, demonstra interesse e disponibilidade para a parceria. Mesmo quando não é possível comparecer presencialmente, buscar outras formas de contato (telefone, aplicativos de mensagem) mantém a comunicação aberta.

A quarta é comunicar-se de forma respeitosa. Assim como a escola deve tratar as famílias com respeito, as famílias devem tratar os professores e demais profissionais da escola com consideração. Relações baseadas em confiança e respeito mútuo são mais produtivas do que relações baseadas em desconfiança e hostilidade.

A quinta é compartilhar informações relevantes. Se a criança está passando por alguma dificuldade em casa, se há alguma mudança significativa na família, se há questões de saúde que podem afetar seu desempenho ou comportamento, é importante que a escola saiba. A comunicação aberta permite que a escola compreenda melhor o aluno e ofereça o apoio adequado.

A sexta é participar das instâncias de gestão democrática quando possível. Conselhos escolares, associações de pais e mestres, são espaços importantes de participação e decisão. A participação nessas instâncias fortalece a escola como comunidade e permite que as famílias influenciem os rumos da instituição.

A sétima é apoiar a escola na comunidade. Defender a escola pública, valorizar seu trabalho, mobilizar-se por melhores condições, são formas de participação que transcendem a relação individual com o filho e contribuem para a melhoria da educação como um todo.

A participação da família na vida escolar assume características diferentes ao longo das etapas da escolaridade, e é importante que escolas e famílias compreendam essas especificidades.

Na educação infantil, a parceria entre família e escola é especialmente intensa

e necessária. A criança pequena está em processo de separação gradual do núcleo familiar, e a continuidade entre os cuidados e afetos recebidos em casa e na escola é fundamental para seu desenvolvimento. Nessa etapa, a comunicação precisa ser frequente e detalhada, envolvendo aspectos como alimentação, sono, saúde, desenvolvimento motor e linguístico.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, a participação familiar concentra-se no acompanhamento das tarefas escolares e no apoio à alfabetização. É uma fase em que a criança ainda depende bastante do adulto para organizar-se e realizar as atividades. A presença da família é fundamental para consolidar os hábitos de estudo e para demonstrar a importância da escola.

Nos anos finais do ensino fundamental, a pré-adolescência traz novos desafios. Os jovens começam a buscar mais autonomia, e a participação familiar precisa se reconfigurar. Em vez de um acompanhamento direto e constante, os pais podem atuar como orientadores, apoiando a organização do tempo, conversando sobre as dificuldades, valorizando as conquistas. É uma fase em que o diálogo se torna mais importante que o controle.

No ensino médio, a preparação para o futuro torna-se central. A participação familiar pode focar-se no apoio às escolhas profissionais, no incentivo à continuidade dos estudos, no acompanhamento do desempenho em vestibulares e exames. É também uma fase em que muitos jovens enfrentam questões existenciais e pressões sociais, e o apoio emocional da família é fundamental.

Em todas as etapas, o que importa é a qualidade da relação, não a quantidade de tempo. Uma família que, mesmo com pouco tempo disponível, estabelece uma comunicação aberta e afetiva, que demonstra interesse genuíno pela vida escolar do filho, que o apoia nos momentos difíceis e celebra suas conquistas, está exercendo uma participação signifi-i cativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, procuramos demonstrar que a participação da família na vida escolar não é um favor que se presta à escola, nem uma formalidade burocrática, mas um direito da criança e um fator determinante para seu sucesso acadêmico e desenvolvimento pleno.

Vimos que os benefícios dessa participação são numerosos e bem documentados: melhor desempenho escolar, maior motivação, melhor desenvolvimento socioemocional, menor evasão e repetência. Benefícios que se estendem também às famílias, que se sentem mais capacitadas e integradas, e às escolas, que se fortalecem como comunidades.

Vimos também que os desafios para efetivar essa parceria no contexto brasileiro são significativos: desigualdades sociais, falta de tempo, cultura de distanciamento, falta de acolhimento das escolas, preconceitos, comunicação deficitária. Desafios que não podem ser ignorados nem minimizados, mas que precisam ser enfrentados com políticas públicas adequadas, formação de professores e esforço conjunto de escolas e famílias.

A superação desses desafios exige mudanças em múltiplas frentes. Exige que as escolas se abram efetivamente à participação, criando espaços acolhedores e oportunidades diversificadas de envolvimento. Exige que os professores sejam formados para estabelecer parcerias com as famílias, para comunicar-se de forma clara e respeitosa, para acolher a diversidade. Exige que as famílias sejam valorizadas em seu papel educativo, apoiadas em suas dificuldades, respeitadas em suas diferenças.

Mas, acima de tudo, exige uma mudança de mentalidade. Exige que deixemos de ver a relação escola-família como uma relação de desconfiança ou de transferência de responsabilidades, para vê-la como uma parceria baseada no reconhecimento de que todos temos o mesmo objetivo: o desenvolvimento pleno e feliz das crianças e adolescentes.

Quando escola e família caminham juntas, quando se comunicam abertamente, quando se respeitam mutuamente, quando dividem responsabilidades e celebram juntas as conquistas, a criança recebe a mensagem mais poderosa que pode receber: ela é importante, seu desenvolvimento importa, há uma comunidade de adultos comprometida com seu futuro.

Essa mensagem, mais do que qualquer método pedagógico, mais do que qualquer recurso tecnológico, mais do que qualquer política educacional, é o que

verdadeiramente faz a diferença na vida de um estudante. É o que transforma a escola de obrigação em oportunidade, de lugar de fracasso em lugar de realização, de instituição distante em comunidade acolhedora.

Construir essa parceria é, portanto, uma das tarefas mais importantes e urgentes da educação brasileira. Uma tarefa que exige esforço de todos: escolas, famílias, poder público, sociedade. Uma tarefa que não tem atalhos nem soluções mágicas, mas que pode transformar profundamente a experiência escolar de milhões de crianças e adolescentes.

Que possamos, como educadores, como pais, como cidadãos, assumir essa tarefa com a seriedade e o compromisso que ela merece. Que possamos construir pontes onde hoje existem muros. Que possamos transformar a relação entre escola e família de problema em solução, de fonte de conflito em fonte de cooperação. Porque, no final, o que está em jogo é nada menos que o futuro de nossas crianças e, com ele, o futuro de nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

EPSTEIN, Joyce L. School, family, and community partnerships: preparing educators and improving schools. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2011.

PARO, Vitor Henrique. Qualidade do ensino: a contribuição dos pais. 4. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

POLONIA, Ana da Costa; DESSEN, Maria Auxiliadora. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. Psicologia Escolar e Educacional, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005.

RIBEIRO, Vanda Mendes; KOSLINSKI, Mariane Campelo. Abandono escolar e desigualdades socioespaciais no município do Rio de Janeiro. Educação e Pesquisa, v. 46, 2020.

SZYMANSKI, Heloisa. A relação família/escola: desafios e perspectivas. 3. ed. Brasília: Liber Livro, 2011.